

OS ARGUMENTOS

SEMANÁRIO NACIONALISTA

Director e Editor, ANTÓNIO-LINO

Redacção e Administração: Rua de Santo António, 84
Composição e impressão: Tipografia "Minerva" — Famalicão
Propriedade da Empresa Editora Vimaranesa

O sexto aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional

por AUGUSTO DA COSTA.

FOI em 23 de Setembro de 1933 que o *Diário do Governo* publicou o estatuto fundamental da nossa organização corporativa e mais legislação complementar (Grémios, Sindicatos, Casas do Povo, Casas Económicas); vieram depois os diplomas referentes aos organismos de coordenação económica, às Casas de Pescadores, à transformação das antigas associações patronais, à organização corporativa da lavoura; — mas em nada foi alterado o Estatuto do Trabalho Nacional, que nas suas grandes linhas comportava, desde o início, tudo quanto depois se tem feito e o mais que ainda há por fazer.

Significa esta estabilidade do diploma fundamental da nossa organização corporativa, que é também a *Magna Carta* dos trabalhadores portugueses, que o sentido das realidades nacionais esteve sempre presente no espírito do legislador de 1933 — que pela Graça de Deus ainda é o legislador de 1939. Se assim não fôsse, se em vez de atendermos à realidade portuguesa nos tivéssemos apenas inspirado nas correntes corporativas estrangeiras, os resultados não teriam sido certamente os mesmos. Por outro lado, e pelo contrário, podemos ter a satisfação de verificar que algumas das nossas fórmulas são consideradas, além de inéditas, felizes, por outras nações corporativas, e que os estudiosos dos problemas económico-sociais, em todo o mundo, vêm no sistema corporativo português a melhor fórmula de combater os malefícios do liberalismo económico e da livre concorrência, sem necessidade de cair no mal oposto do socialismo de Estado, ou totalitarismo. Nem somos pelo sacrifício da comunidade à liberdade económica dos indivíduos, nem pela absorção, por parte do Estado, da justa liberdade dos indivíduos, mesmo em matéria económica.

São incontestáveis os benefícios que a organização corporativa tem trazido à economia nacional e, como consequência necessária, à vida dos próprios trabalhadores. Os problemas económicos e os problemas sociais, descoordenados em regime liberal, andam coordenados no sistema corporativo. Se procurássemos elevar o nível da vida dos trabalhadores sem atendermos às condições económicas das empresas, limitar-nos-íamos a fazer obra demagógica e artificial, cujas consequências desastrosas, mais tarde ou

mais cedo, haveriam de ser suportadas pelo conjunto da economia nacional. Se, pelo contrário, melhorássemos as condições económicas das empresas sem dêsse benefícios fazer participar os trabalhadores que as servem, teríamos feito demagogia em sentido oposto, protegido os ricos contra os pobres e, desta forma, alimentado a revolta contra a ordem social. Coordenando os dois elementos — o económico e o social — o Estado corporativo português trabalha simultaneamente pela prosperidade da economia nacional e pela elevação do nível de vida de todos os portugueses.

O sexto aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional coincide com a existência do estado de guerra em grande parte da Europa. Quais os reflexos da guerra no sistema corporativo português? Ao contrário do que acontece com o sistema demo-liberal — com a democracia política e com o liberalismo económico — ao contrário do que acontece com o sistema demo-liberal, que em tempo de guerra tem de ceder o passo a sistemas opostos, ou pelo menos que sofrer toda a espécie de restrições no seu exercício, — o sistema corporativo vê reforçadas as suas instituições quando o estado de guerra perturba o sistema das relações económicas. A tendência natural, em tempos difíceis, é, para os homens educados no liberalismo económico, aproveitarem-se das circunstâncias para enriquecerem depressa, sem qualquer contemplação com os interesses do público; e se a liberdade lhes permite tal jôgo perigoso, a verdade é que o Estado Corporativo o não consente, porque acima dos interesses dos homens de negócios se encontra o interesse de todos os portugueses, isto é, da comunidade nacional. De modo que a própria imposição das circunstâncias leva o Governo para a defesa da economia nacional e, portanto, do consumidor, a intensificar a organização corporativa, a tornar mais completa a sua rede, mais eficaz a sua disciplina. E até nos parece, aliás, ser esta a melhor forma de comemorar o sexto aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional.

Visado pela Comissão de Censura

Carta de Lisboa

O dia de quarta-feira passada, apesar da simplicidade que o caracterizou, foi de carácter nacional, no sentido mais amplo da expressão. O país inteiro, vibrando espiritualmente com a capital, deu graças à Providência pelo feliz regresso do Chefe do Estado e mais uma vez compreendeu o alto significado da Viagem Presidencial: uma afirmação incondicional, categórica, iniludível, da plena unidade do Império, sob o tríplice ponto de vista moral, político e geográfico.

O Senhor General Carmona vem francamente satisfeito e não oculta uma profunda emoção por ter verificado em toda a parte como é vivo e transbordante o sentimento nacional de além-mar, à mistura com a confiança que se deposita na obra do Estado Novo. Nas nossas terras africanas, foram as solenes manifestações oficiais e os gritos espontâneos e apoteóticos da alma popular: *Aqui é Portugal!* Na União Sul-Africana foram os inequívocos sinais de aprêço testemunhados pelas mais ilustres individualidades, como o prestigioso «Maior» do Cabo, que considera muito importante para o momento actual o facto de a União estar rodeada por *vizinhos pacíficos e amigos*, conforme declarou.

Esta viagem, sem precedentes na História, deve justamente considerar-se como a maior realização do Estado Novo, em obediência aos imperativos do seu Acto Colonial, com largo e incontestável alcance político e universalista. Numa palavra: a Nação continua fiel a si própria às suas tradições e ao seu destino.

* * *

O Governo tomou já rigorosas e enérgicas providências, no sentido de contrariar os manejos de gente sem escrúpulos, que se aproveita da guerra, mal esta começa, para sonegar a existência real das mercadorias e aumentar os respectivos preços de venda.

Uma das medidas adoptadas, e, sem dúvida, a mais eficiente, obriga todas as casas comerciais e industriais a declararem as suas existências, data de aquisição e entrada destas no respectivo estabelecimento e ainda os preços de venda na semana que findou em 26 de Agosto e no momento actual.

Dêste modo, fica-se superiormente habilitado a castigar qualquer comerciante ou industrial que se verifique em acto de açambarcamento ou especulação, devendo observar-se

(Continua na 5.ª página)

D A C I D A D E

VIDA CATÓLICA

17.º Domingo depois do Pentecostes

Evangelho (Math., XXII, 34-46. — Os Fariseus, quando ouviram que *Jesus* tinha feito calar a boca aos Saduceus, juntaram-se em conselho; e um deles para o tentar, perguntou: «Mestre, qual o grande mandamento da lei?» E *Jesus* disse-lhe: «Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração e de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o maior e o primeiro mandamento. E o segundo é semelhante a êle: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Nestes dois mandamentos se resume toda a lei e os Profetas.» E, estando juntos os Fariseus, lhes fez *Jesus* esta pergunta: «Que vos parece a vós de Cristo? De quem é êle filho?» E êles lhe responderam: «De David». *Jesus* replicou: «Então como é que David, em espírito, lhe chama Senhor, quando diz: Disse o Senhor ao meu Senhor: Senta-te à minha direita, até que eu reduza os teus inimigos a servirem de escabelo a teus pés? Se, pois, David o chama seu Senhor, como é êle seu filho?» E não houve quem lhe pudesse responder uma só palavra; e daquele dia em diante ninguém mais ousou fazer-lhe perguntas.

Homilia. — «Mestre, qual é o grande mandamento da lei?» Tal a pergunta que os fariseus fazem a *Jesus Cristo*, a pretexto da questão que entre êles havia de se saber qual era o primeiro e o maior mandamento da lei: porque uns pretendiam que era a observância do sábado, outros o da circuncisão, outros o dos sacrifícios. Todos porém se enganavam; porque a verdadeira justiça diante de *Deus* consiste, não no cumprimento das obras exteriores da lei, mas nas disposições do coração com que elas são cumpridas. O que êles queriam, como diz o Evangelho, era tentá-lo, isto é, ver se em sua resposta encontravam matéria para o censurar ou desacreditar. «Amarás

ao Senhor teu *Deus* de todo o teu coração e de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o maior e o primeiro mandamento.»

Agradecemos ao Senhor esta grande lição; e, para o fazermos como convém, meditemos seriamente a divina resposta, considerando: 1.º Porque é que o amor de *Deus* é o primeiro e o maior mandamento; 2.º Porque motivos êle nos é imposto; 3.º Porque modo o devemos cumprir.

Em primeiro lugar, a sua excelência. Na verdade, nada é agradável a *Deus*, nada é digno da vida eterna, sem a caridade.

Em segundo lugar, a sua extensão. Porque o mandamento do amor da *Deus*, como acabamos de ver, está na raiz de todos os outros mandamentos. O Senhor diz-nos que nos dois mandamentos do amor de *Deus* e do amor do próximo «se resume toda a lei e os Profetas», isto é, tudo que o homem precisa de fazer para ser perfeito e se salvar. Devemos amar a *Deus* porque êle é Senhor. Este nome indica a soberania, o domínio supremo, a autoridade absoluta, que só o Criador tem. Devemos amar a *Deus*, precisamente porque êle é *Deus*. Que explicação dar dêste nome inefável, que o divino Mestre acrescenta à palavra «Senhor» para melhor a caracterizar? *Deus* é nosso porque se nos deu e se nos dá todos os dias.

Decidamo-nos, pois, duma vez para sempre, a cumprir fiel e constantemente o primeiro e o maior de todos os mandamentos. Amemos a *Deus* com amor de obediência, porque êle é Senhor; amemo-lo com amor de preferência, porque êle é *Deus*; amemo-lo com amor de benevolência, porque êle é *nosso Deus*.

Neste amor acharemos a mais completa e mais sólida satisfação que neste mundo podemos dar às nossas mais imperiosas, mais legítimas e mais nobres aspirações, e o único penhor de o amarmos e dele gozarmos por toda a eternidade.

Sociedade

Encontra-se com sua família na Póvoa de Varzim o nosso amigo sr. Celestino Lôbo.

— Da mesma praia regressou com sua família o sr. dr. Joaquim de Oliveira Tôres.

— Nas suas propriedades de S. Cláudio do Barco encontra-se a sr.ª D. Maria Peixoto de Almeida, com sua filha D. Albertina Peixoto de Almeida e neto, Mário da Silva Guimarães.

— Para as suas propriedades de S. Torcato partiu, com sua família, o sr. Alberto Pimenta Machado.

— Da Póvoa de Varzim regressou o sr. Francisco de Assis Costa Guimarães.

— Nas suas propriedades de S. Paio de Vizela está, com sua família, o sr. dr. Aventino Lopes Leite de Faria.

— Em S. Torcato, encontra-se nas suas propriedades, o sr. João Pereira Mendes, acompanhado de sua família.

— Continua muito doente a ex.ª sr.ª D. Cristina Amélia da Silva Carneiro.

— Partiu para as suas propriedades de Santo Amaro o sr. P.º José Ferreira Leite.

— Para a Póvoa de Varzim seguiu, acompanhado de sua esposa, o sr. Manuel de Freitas Guimarães.

— Vimos nesta cidade o sr. dr. Gabriel Faria, nosso conterrâneo, residente em Aveiro.

— Com sua família, encontra-se em S. Torcato o nosso amigo sr. dr. Américo Durão.

— Regressou de Freixo de Espada à Cinta o nosso bom amigo sr. dr. José Francisco dos Santos.

— Na sua quinta de Baiona, Caldas das Taipas, encontra-se o nosso amigo sr. dr. Alfredo Peixoto.

— Com sua família, está nas suas propriedades de Souto o nosso assinante sr. José da Silva Gonçalves.

— Está em Felgueiras o sr. major António J. T. de Miranda.

— Acompanhado de sua família partiu para a Póvoa de Lanhoso o sr. Adelino Pereira da Cunha.

— Encontra-se nas suas propriedades de Felgueiras o sr. dr. António de Jesus Gonçalves.

— Tem estado nesta cidade o nosso conterrâneo sr. dr. José de Moura Machado, professor do Liceu de Chaves.

— Está nas Caldas das Taipas o sr. dr. Joaquim Roberto de Carvalho, distinto médico radiologista no Pôrto.

— Encontra-se na sua casa de Vizela o nosso amigo sr. dr. João Martins de Freitas.

— Com sua família, está na sua casa da Póvoa de Lanhoso, o sr. Joaquim Ribeiro da Silva.

— Nas suas propriedades de Negrelos está, com sua família, o sr. António Geraldo Guimarães.

Vida desportiva

Futebol

Com a assistência do grande vimaranense ex.º sr. António J. P. de Lima e de alguns membros da A. F. B., realizou-se o anunciado encontro entre o Boavista F. C. do Pôrto, e o Vitória S. C., para início da época 1939-40.

Antes, porém, dêste jogo, realizou-se um outro entre o Vimaranesense S. C. e a categoria Júniores do Vitória, desafio êste que teve por fim fazer a apresentação dos miudos, cuja orientação técnica está a cargo do jogador Bravo. O resultado final foi favorável aos rapazes do Vitória, que terminaram o jogo em 6 «goals» a zero.

Ao terminar o encontro, os do Vimaranesense mereciam o seu ponto de honra.

Do Vitória, gostamos da sua linha média, com o médio centro num plano superior (é um elemento de futuro); na linha avançada os melhores foram, o interior direito e o centro; os extremos fracos; os defesas têm o defeito de caminharem no terreno, ambos na mesma linha, e o guarda-rêdes possui habilidade.

Do Vimaranesense todos no mesmo nível.

Arbitrou o sr. Passos cujo trabalho agradou. Feitos êstes comentários passemos ao desafio da tarde.

Vitória-Boavista

Perante uma numerosa assistência, dá entrada em campo o Boavista que é recebido com aplausos, e, decorridos alguns minutos entra o Vitória que recebe uma forte ovação.

Sob a arbitragem do sr. José A. Pinto os grupos alinham:

Vitória: Machado, Lino e João; José Maria, Zeferino e Vitorino; Laureta, Pantalhão, Arlindo, Tavares e Bravo.

Boavista: Cerqueira, Monteiro e Humberto; Alvarenga, Valenciano e Cortez; Ramos, Julinho, Nunes, Ferraz e Silvério.

O jogo tem início às 16 e 40 com a saída dos portuenses que têm o sol contra, mas decorridos 2 minutos fazem o 1.º goal da tarde por intermédio do seu avançado centro.

Neste período inicial, nota-se um melhor entendimento em todas as linhas por parte dos jogadores do grupo xadrez, o que não admira visto ser o seu 3.º desafio da época, enquanto que dos locais é o 1.º.

Regista-se um canto contra o Vitória aos 10 minutos; marcado êste, nada resulta e Tavares, apoderando-se do esférico, progride no terreno, passa-o em profundidade a Bravo que desperdiça uma ótima ocasião de abrir a contar, atirando ao lado do poste contrário.

Aos 20 minutos o árbitro assinala uma grande penalidade por mão de Alvarenga; marca-o Tavares que coloca os grupos em igualdade numérica, 1-1.

Pantalhão aos 32 minutos põe o marcador em 2-1.

Decorridos 6 minutos, o árbitro ordena a marcação duma nova grande penalidade contra o grupo do Bessa,

(Continua na 4.ª página)

NOTICIÁRIO

Aniversários

Dia 22 — P.º Manuel de Freitas Leite.

Dia 23 — João Saraiva de Carvalho Brandão.

Dia 27 — Mgr. João António Ribeiro e Gaspar de Freitas do Amaral.

Dia 28 — Maria Turíbia de Portocarrero de Alpoim.

Dia 29 — Luiz Miguel Leite de Castro e José Diogo de Castro Meireles Amado.

Liceu Martins Sarmiento

Relação dos alunos que obtiveram a isenção de propinas:

3.º ano — Aida de Oliveira, Fernando

José de Freitas Pastor, Maria A. de Magalhães e Sousa, Maria F. de Lemos Eugénio e Natália Felisbela Pereira de Magalhães.

4.º ano — Maria de Jesus N. da Costa Valente.

5.º ano — Augusto L. Rodrigues Guimarães, José de Lemos Sampaio, Maria C. Leite da Silva e Maria do Céu Trancoso Pôças Falcão.

6.º ano — Emília R. Gonçalves Pereira, José António Teixeira, José M. da Silva Almeida e José Rodrigues de Castro.

Já está também afixado o horário dos exames da segunda época que serão de 2 a 6 de Outubro.

Até ao fim de Setembro estão em pagamento as propinas de matrícula.

Sindicato N. dos Operários da I. de Pentes

Comissão organizadora:

António Soares
Artur de Oliveira
António Magalhães Dias
Domingos Fernandes
Ilídio da Silva Martins.

Direcção actual:

António Soares
António Luiz da Silva
Domingos Fernandes.
Joaquim Tomaz de Figueiredo
Manuel Teixeira Júnior

Sem rodeios começamos, atirando a pergunta: — como se organizou e quando se fundou este sindicato?

— Data de 20 de Outubro de 1936 — responde-nos prontamente o seu Presidente — a publicação do seu alvará. Auxiliados logo de início pelo S. N. dos Padeiros, a eles devemos grandes favores. Daí as dificuldades foram poucas. Somente, devido a não ser obrigatória a cotização, muitos se deixaram ficar pelo pagamento das primeiras cotas...

— E' para felicitar essa camaradagem, tanto o auxílio prestado pelos Padeiros como a vossa gratidão. Exemplo para que muitos devem olhar. Quanto à cotização — quantos sócios estão inscritos? Quantos em activo pagamento?

— 180 inscritos; 95 com as cotas em dia.

— Desemprego?

— Actualmente nenhum.

— Salários...

— Duma maneira geral — atalha rápido — subiram, mas há disparidade de casa para casa...

— ... que desaparecerá com o salário mínimo, que está a ser estudado.

— E' esse o meio.

— Quanto à aprendizagem?

— E' um mal na nossa indústria. Facilmente se compreenderá se se

disser que cinquenta por cento dos seus operários são aprendizes. Ora esses aprendizes, num futuro próximo, provocarão, como é natural, o desemprego, originando às vezes a injustiça da saída de profissionais. Já assim não aconteceria se olhassemos pelo futuro, regulando a admissão de aprendizes pelas vagas que a morte, a velhice e a invalidez vai fazendo todos os anos nos profissionais.

Entramos em novo capítulo da nossa conversa. Discutimos factos concretos, alvitres, em procura de facetas que mais interessassem à vida sindical. O que se fez, o que há a fazer. Conversa alegre, viva, e lembramo-nos como com um pouco mais de boa vontade e propaganda — pequenos centros de estudos corporativos, em ambiente de conversa — seria fácil elevar o nível do operário, formando-lhe uma mentalidade corporativa sólida.

Para terminar fizemos ainda algumas perguntas.

— Alguns benefícios...

— A não ser o cumprimento de horário do trabalho. Tivemos férias.

— Mas a assistência às parturientes é obrigatória!

— ?!

— E a associação de classe, nada fez?

— Arranjaram alguma coisa alguns dos bons elementos da classe patronal de hoje, operários de então.

— Então têm bom elemento patronal.

— Sim, alguns mostram a sua boa vontade. Encontra-se em poder do nosso Delegado do I. N. T. P. um projecto de acôrdo colectivo de Trabalho com o que fica salvaguardada a vida sindical.

— E fechamos bem, a nossa conversa.

A. S. M.

23 de Setembro de 1933

23 de Setembro de 1939

Seis anos numa trincheira aberta, peito exposto ao fogo de todos os lados, couraçados apenas na nossa consciência e guiados exclusivamente pela luz da nossa mentalidade, nós os homens dos Sindicatos Nacionais, temo-nos mantido firmes sem recuar um passo, defendendo com a pureza das nossas intenções a causa do corporativismo e as suas altas finalidades revolucionárias.

Ainda não sentimos um único desfalecimento, ainda não roçou por nós a fraqueza, ainda não demos a ninguém prova de debilidade, antes pelo contrário, a cada contrariedade nos sentimos mais fortes, perante cada obstáculo nos renasce a coragem e em frente de cada crítica ou censura mais valor damos à nossa posição moral.

E já lá vai o tempo decorrido vertiginosamente sobre aquela data de 23 de Setembro de 1933 que recordamos a todo o momento.

A Organização Corporativa em Portugal, constituiu a trincheira de que já falamos e ergueu simultaneamente uma tribuna donde só pode falar quem sinta e saiba viver o ambiente da Revolução Nacional.

Muitos são os exemplos por todos os cantos do País, que têm servido de incitamento para prosseguirmos na mesma rota.

Não desfaleçamos, porque todos os trabalhadores Portugueses, hão-de colher os frutos da árvore que em Portugal foi plantada há seis anos.

Ela deve de produzir porque é constantemente regada com o suor das nossas dificuldades.

Ninguém mais do que nós está assim autorizado a falar, porque sabemos que em muitos lares ainda falta o pão.

Mas não tornemos a culpa a Salazar.

Não tornemos a culpa aos seus delegados que também não a têm e procuram sempre cumprir a Lei que nos protege.

A culpa é do egoísmo dos homens que se dizem amigos de Salazar e não obedecem às suas Leis.

Os anos que passaram foram de preparação do ambiente Corporativo, uma preparação constante do patronato no sentido do entendimento de todos, em obediência à característica facultativa da Organização Corporativa.

Seis anos e pouco, de propaganda doutrinária, em moldes humildes e simples, numa linguagem despida de rodeios literários que só servem para complicar e para esconder a beleza inconfundível dum sistema que ainda se não introduziu no cérebro, na alma e no coração do povo por falta de propagandistas populares.

Seis anos de actividade gastos a subordinar o pensamento pessoal ao pensamento Colectivo, a fazer entregar os interesses particulares da classe no alto interesse Nacional e a disciplinar consciências desavindas, no intuito de facilitar o plano geral que orienta a grande mente do Chefe.

E hoje todos os cantos da terra Portuguesa são iluminados pelo Sol de uma autêntica Revolução, que dimanada de formidáveis padrões

Ouvindo o Presidente do S. Têxtil

(Continuação da 1.ª coluna)

— Estamos a distribuir para cima de 1.000 quilos de pão a desempregados. Pelo Natal gastamos para cima de 1.000\$00 em consoadas que distribuímos, também aos desempregados. Dispendemos ainda um bom número de centos de escudos com a Colónia Balnear Infantil...

— Mas...

— Além do grande trabalho e despesas que o nosso Sindicato teve, muito devemos à Câmara Municipal, não só pelo seu auxílio material, como pela boa vontade e entusiasmo do seu presidente, sr. dr. João Rocha dos Santos.

Ao nosso secretário, António Malheiro Rodrigues, braço de ferro deste Sindicato e um dos melhores elementos da Organização Corporativa em Guimarães, ao trabalho desinteressado do sr. Martins Júnior e ao auxílio dos senhores industriais do nosso concelho, deve esta realização muitíssimo.

... E assim lá estão 104 criancinhas na praia...

— Neste campo de assistência não acha que havia mais a fazer?

— Sem dúvida, mas «devagar se vai ao longe». As nossas possibilidades aumentarão com uma sindicalização maior.

E neste sentido temos muito que agradecer aos industriais do Póvidém que aos outros se adiantaram, sindicalizando todo o seu pessoal,

— Tem mais algum projecto...

— Arranjar um edifício próprio para a sede.

— Como?

— Pedindo a comparticipação do Estado, com o auxílio de alguns industriais que melhor tenham compreendido a Organização Corporativa e com as posses do Sindicato.

Ah! Ia-me esquecendo... E se bem que já tivéssemos conseguido os salários mínimos, trabalhamos agora por conseguir o acôrdo colectivo do trabalho.

— As disposições reguladoras do trabalho têm sido bem cumpridas?

— Sim, têm. Para isso tem contribuído muito o sr. Aníbal Augusto Martins Júnior, sub-chefe da F. T., que está também sempre pronto a auxiliar-nos em todas as realizações.

— E agora uma coisa mais:

Não fazem nenhuma festa comemorativa da publicação do Estatuto do Trabalho Nacional?

Estava absolutamente planeada; já tínhamos conseguido a colaboração dum distintíssimo orador e a cedência do Teatro Martins Sarmento; à última hora, quando já só faltava publicar o programa, falhou-nos a Emissora Nacional, com a colaboração artística da qual contávamos em absoluto.

E estava terminada a nossa conversa; mas o sr. Manuel Magalhães pede-nos ainda que digamos publicamente que um dos maiores gostos que tem tido foi com a publicação do decreto que estabelece a sindicalização obrigatória.

E como vê, amigo Magalhães, não nos esquecemos.

A. S. M.

históricos se infiltra, numa penetração profunda que atinge todos os corações da alma do Povo Português.

MANUEL MAGALHÃIS.

(Operário)

Ouvindo o Presidente do Sindicato Têxtil

Este Sindicato que tem desenvolvido em Guimarães uma verdadeira acção corporativa, mantendo-se firme na vanguarda das organizações congêneres do distrito e até do país, tem-nos chamado a admirá-lo. Quisemos conhecê-lo melhor e por isso resolvemo-nos a ir ouvir o seu presidente, o sr. Manuel Magalhães.

Uma bela sede, ali no largo de S. Paio, um pequenito aparelho de rádio, mas de fortes pulmões, enchendo todos os compartimentos duma alegria sã, quando não dá notícias dolorosas da guerra... principiamos...

— Sabe dizer-me quais foram os fundadores deste Sindicato?

— Sim, senhor. Foram: Francisco Peixoto, António Martins, Domingos Alves Pereira, José Martins e João Fernandes.

— E qual é a actual direcção?

— Manuel Magalhães, António Malheiro Rodrigues, Francisco Gomes Alves Ferreira, e ainda dois vogais representantes das secções.

Continua:

— Este Sindicato foi o 1.º de Guimarães e o segundo do distrito.

Foi criado por alvará de 15 de Março de 1934.

— Porque é que a sede é em Guimarães e não é em Braga, por exemplo?

— Pela seguinte razão: Este sindicato é o maior do distrito, Guimarães é o centro fabril mais importante, e aqui tiveram origem os trabalhos para o aparecimento deste organismo corporativo.

— A organização do Sindicato a que o meu amigo preside, que tal lhe parece?

— Sem vaidade o digo, o nosso sindicato deve ser cá para o Norte, pelo menos, um dos melhores. Em Guimarães é o que vive melhor economicamente; chega a auxiliar os serviços de fiscalização.

— Então tem muitos filiados?!

— Há cerca de 6.500 inscritos; mas a verdade é que só para aí 3.000, pouco mais, pagam a sua cota. E não vejo razão de assim acontecer, porque cada homem paga 1\$00 por mês, e uma mulher \$50; já vê que não era este dinheiro o que lhes ia fazer falta.

Mas ainda assim a actual direcção está resolvida a aumentar as cotas para desenvolver mais a assistência.

— Que obra de assistência desenvolve o Sindicato?

O sr. Magalhães que principiava agora a entusiasmar-se pelo que nos contava, responde prontamente:

(Continua na última coluna)

Vida desportiva

(Continuação da 2.ª pag.)

desta vez, por carga a Tavares quando este tentava atirar um goal certo.

Os portuenses não acolhem bem esta decisão e o seu interior direito recebe ordem de expulsão do campo, à qual não obedece; o jogo é interrompido durante 5 minutos, para recommençar sob a arbitragem do sr. J. Passos. Este mantém a marcação do castigo, que Tavares transforma no 3.º goal do Vitória, continuando, no entanto, a jogar o portuense.

Quasi no final deste tempo, Pantaleão obtém o 4.º, mas é invalidado por uma pseudo-deslocação deste mesmo elemento.

2.ª parte — No Vitória notam-se algumas modificações: assim, Adélio ocupa as rédes e Oliveira II substitue Vitorino.

O Boavista apresenta também o seu team modificado.

Neste tempo aparece o sr. A. Neves a arbitrar.

São 17 e 43 quando soa o apito para dar começo, e haviam decorridos apenas 2 minutos quando Laureta aponta o 4.º goal, depois de um esplêndido trabalho de Tavares.

Com a nova formação e ainda com a subida de Bom, o Vitória agigantase no terreno e assim obtém a 5.ª bola aos 7 minutos, por Zeferino e a 6.ª aos 9 minutos.

Contra a corrente do jogo, Ferraz obtém o 2.º goal para o seu clube aos 21 minutos.

Pantaleão marca novamente aos 27 minutos e Arlindo obtém o 8.º e 9.º aos 37 e 40 minutos.

Quando a assistência já abandonava o campo, o mesmo jogador marca o 10.º ponto dos locais, faltava apenas um minuto para terminar.

O final chega com o Vitória a ganhar por 10-2.

Apreciações gerais — Adélio, melhor que Machado; ainda é o Ricoca.

Lino, batendo bem a bola e boa colocação, João acusou o defeso, mas subiu acabando a jogar bem.

Dos médios, o melhor foi Zeferino.

Os avançados tiveram em Tavares um grande elemento, sendo dos 22 homens em campo, o melhor; os restantes cumpriram.

Das arbitragens: — Continuamos a notar no sr. Pinto falta de autoridade; o sr. Neves exagerou um pouco, a princípio.

O campo: — Embora apresente um melhor aspecto, notamos a falta de alguns camarotes, quer para a imprensa quer para quaisquer personalidades que se desejem receber, pois que o único existente, além de pequeno, não oferece segurança.

Chamamos também a atenção da ex.ª Direcção, para o avultado número de pessoas que estacionam de pé à entrada das bancadas, não deixando ver quem está sentado.

R.

Lêde e propagai

"Ressurgimento"

FUTEBOL

Campo de Benlhevai — GUIMARÃIS

Domingo, 24 de Setembro de 1939 (às 16 horas)

SPORT COMÉRCIO E SALGUEIROS

CONTRA

VITÓRIA SPORT CLUB (Campeão do Minho)

Os sócios terão entrada gratuita mediante apresentação da cota em dia. Principiado o desafio e por qualquer motivo interrompido, não há direito a reclamar o desembolso

COMPANHIA DE SEGUROS

FIDELIDADE

Seguros em todos os ramos

Agente em Guimarães
António José Paredes

Movimento Hospitalar no mês de Agosto de 1939

Hospital Geral de Santo António

Consultas no banco, 381; receitas abonadas a doentes externos, 293; parturientes recolhidas, 20; crianças nascidas, 19, sendo 8 do sexo masculino e 11 do sexo feminino.

Doentes existentes no último dia do mês de Julho, 107; entrados durante o mês de Agosto, 152; saídos: curados, 102; melhorados, 46; no mesmo estado, 11; falecidos, 9. Ficaram existindo no último dia do mês de Agosto, 91.

Banhos dados no balneário, 223; operações de grande e pequena cirurgia, 59; curativos feitos no banco, 2.025; oftalmologia: operações, 3; curativos, 359.

Injecções aplicadas, 1.870; sessões de raios ultra-violetas, 135; de diatermia, 381.

Hospital António Francisco Guimarães

Consultas no banco, 27; doentes

existentes no último dia do mês de Julho, 17; entrados durante o mês de Agosto, 6; saídos: curados, 2; melhorados, 2; no mesmo estado, 1; falecidos, 1. Ficaram existindo no último dia do mês de Agosto, 17; curativos feitos no banco, 260; injecções applicadas, 81.

"Revista dos Centenários"

Da Comissão Executiva dos Centenários

Redacção: S. P. N.

Rua S. Pedro de Alcântara, 75

LISBOA

Condições de assinatura

(Pagamento adiantado)

	1 an	2 anos
Continente e ilhas	25\$00	50\$00
Ultramar	30\$00	60\$00
Estrangeiro	35\$00	70\$00

Avulso: 2\$50

João Ferreira das Neves



Rua do Santo António — Telefone 181

GUIMARÃIS

Horário das carreiras de caminhetas

HORÁRIOS DAS CARREIRAS DO PEVIDÉM

Guimarães	Pevidém	Pevidém	Guimarães
Partidas	Chegadas	Partidas	Chegadas
7,35 A	7,50	8,00 A	8,15
8,05 F	8,20	8,30 F	8,45
8,20 B	8,35	9,00 B	9,15
12,00 C	12,15	12,30 C	12,45
16,30 B	16,45	17,15 B	17,30
19,15 D	19,30	19,30 D	19,45
20,35 E	20,50	20,55 E	21,10

A — Efectuam-se diariamente excepto aos Domingos.
B — Efectuam-se aos Sábados.
C — Efectuam-se diariamente.
D — Efectuam-se de 1 de Dezembro a 30 de Junho.
E — Efectuam-se de 1 de Julho a 30 de Novembro.
F — Efectuam-se só aos Domingos.

HORÁRIO DA CARREIRA DA PÓVOA DE VARZIM

Guimarães	Póvoa	Póvoa	Guimarães
Partida	Chegada	Partida	Chegada
7,15	9,55	17,15	19,50

Efectua-se todo o ano De 1 de Julho a 30 de Novembro

Guimarães	Póvoa	Póvoa	Guimarães
Partida	Chegada	Partida	Chegada
7,15	9,55	18,35	21,20

De 15 de Junho a 15 de Novembro

Guimarães	Póvoa	Póvoa	Guimarães
Partida	Chegada	Partida	Chegada
11,45	14,25	8,00	10,40

HORÁRIOS DAS CARREIRAS DO PORTO

Guimarães	Porto	Porto	Guimarães
Partidas	Chegadas	Partidas	Chegadas
8,05	10,00	8,00	10,00
12,35 C	14,30	12,30 C	14,25
18,20	20,15	17,00 A	19,05
		18,30 B	20,25

A — Só se efectua de 1 de Dezembro a 30 de Junho
B — Só se efectua de 1 de Julho a 30 de Novembro
C — Não se efectua aos Domingos.

CARTAS . . .

CLARITA:

Dizemos por vezes verdades, das quais surge rapidamente uma mentira! eis o meu caso neste momento!!...

Quando na minha última carta te dizia: «até breve» essa, era, a expressão sincera do meu pensamento! mas tal preguiça mental se apoderou de mim, que há quasi mês e meio te não escrevo.

Agora, ao pensar nas semanas decorridas, assaltou-me o remorso! dirás: foi pena, não ter sido mais cedo!!... Sei bem Clarita, a ansiedade que tens pelas minhas cartas, esta é a maior prova da tua amizade; pois o que contém elas, que valha, para a cultura do teu espírito requintado?! o único sabor que podes encontrar-lhes é a porção d'alma que te levam, e que vibra sempre pelo afecto que te dedico.

—Estava ainda no Gerez quando te mandei as últimas impressões, e dizia-te, que o meu coração, principiava a aquietar!! foi verdade: — estabeleci um programa de vida para a minha estadia naquelas paragens, e uma vez mais, observa, que, o método, e a ordem, trazem o equilíbrio das nossas ideias!!

Procurei enérgicamente entreter os outros, e dei assim entretenimento a mim própria!!

E' certo, que um ambiente agradável, proporciona muitas alegrias; e tive a sorte de me ver rodeada, de pessoas de extrema bondade, o que tudo contribuiu para o bem estar que senti.

Depois, aquêlê panorama (que lamento desconheças) é, duma rara beleza!!

Clarita, temos por cá coisas tam lindas, mas... poucos olhos sensíveis de admirá-las! hoje, requerem sensações mais fortes, mais violentas; as que a natureza produz em nós, são, como sabes, de culto estético, de paz, de serenidade; não concretizam o sentir moderno, que só pede à vida, o inédito, tudo a que possa aplicar-se e palavra corrente, «bestial»!!! abres a boca espavorida minha Clarita?! — pois aqui tens, a finura... dos termos d'agora!! mas, voltando atrás: para tudo me ter corrido bem, até gozei naquele maravilhoso recanto, montes de luar! pudesse eu agora ser artista, e burilar frases de rendilhada filigrana para bem te descrever a soberbia daquele mágico espectáculo. «As montanhas do Gerez, parece que nos enroscam, porque nos cercam de todos os lados», e a lua, ao banhá-las com a sua pura claridade, não consegue alumiar-las a tôdas!! algumas, conservam a sua penumbra, e no meio daquele claro escuro a magia de tal cenário, empolga-nos, pela sua tétrica beleza!...

Uma noite, quedei-me na varanda do meu quarto, e, não daria por uma vida, o sentir daquele momento!

Se não receasse que me chamassem louca, teria fugido sòzinha por entre aquelas montanhas, para que me banhasse também aquêlê mar de prata!

Andei em corrida, veloz com a lua, pois, de fixada uma montanha mais elevada, elà sumia-se mas, logo, a divisava por entre uma ou outra fenda; e cada vez me parecia mais fulgurante, e com mais profusa iluminação!

—No meio de tôda aquela fantasmagoria, assaltaram-me ao espírito, fases diversas da minha vida! — é esta a mais dolorosa, pela constante solidão, tantas outras noites de igual beleza, perpassaram por mim, quando

Explico-me . . .

Parece-me que se tem ido longe de mais na doentia investigação das causas da guerra. Em geral — e ninguém de boa fé recusará significado especial ao facto — não se abarca a complexidade do problema, as origens remotas dos acontecimentos, para se cair a fundo sòmente, na pequena gota de água que fêz transbordar o copo. Ora eu entendo que no angustioso momento que atravessamos já não importa saber o carácter da luta e o sentido que as paixões lhe atribuem: acima de tudo cumpre-nos respeitar o sacrificio sublime de todos aquêles que depositaram no sagrado altar da Pátria, generosamente, as suas ambições de felicidade, os carinhos enternecidos da família, os seus interesses legítimos e o oiro precioso da sua vida. Nos dois campos há vítimas. Nos dois campos há corpos dilacerados e almas agonisantes, dor e angústia, destroços e ruínas, lutos e tragédias, terras ensopadas em sangue e em tristezas infinitas. Nos dois campos há mocidades sacrificadas, ardor combativo, abnegações fervorosas, sonhos de grandeza e de glória... Não queiramos, portanto, dilacerar ainda mais o corpo martirizado desta pobre e infeliz humanidade.

Ao apuro de uma verdade que por enquanto está bem escondida — como esteve na longínqua hécatombe de 1914 — eu prefiro o silencioso recolhimento do meu espírito, já cansado dos lugares-comuns que o trogloditismo democrático, seguido do desaforo indecoroso de certos oportunistas, para aí espalha em grandes e espaventosos caracteres.

Não os aprovo nem os imito porque sou católico. Não os aprovo nem os imito porque sou português. Não os aprovo nem os imito porque sou nacionalista.

Como católico — entendo no meu fraco discorrer — não posso colaborar em campanhas desleais, deshumanas e parcialíssimas que esquecem a caridade natural e só conseguem aumentar os tremendos males de que sofremos. Que se lucra em aumentar divisões? Que se ganha em agravar as chagas que estão a sangrar? E que direito temos de ajuizar de acontecimentos que apenas têm à vista os seus efeitos?

Como português só me interessam os assuntos do meu país, a nobilíssima atitude que o governo nos mandou guardar e a posição que tomamos no grave conflito.

«Nem recriminações estereis nem vãs lamentações» — recomendou Salazar em nome da Nação. E compreende-se. Portugal não tem questões a debater em qualquer parte do Mundo, nem contas a liquidar. As suas vistas fixam-se, por isso, no território nacional, procurando valorizá-lo na máxima medida das suas possibilidades e honrá-lo no máximo limite da sua independência. As questões dos outros povos passam à margem dos interesses portugueses que não se confundem com elas nem se deixam conduzir por facciosos conselheiros.

«O Governo considerará como o mais alto serviço ou a maior graça da Providência — disse, noutro passo, a Nota Oficiosa de Salazar — poder manter a paz para o povo português, e espera que nem os interesses do País, nem a sua dignidade, nem as suas obrigações lhe imponham comprometê-la.»

Por isso prefiro o respeitoso silêncio do meu espírito ao doentio exame de responsabilidades que andam largamente deformadas.

«Nem recriminações estereis nem vãs lamentações...»

Como nacionalista, isto é, como contra-revolucionário não ajudo, não favoreço nem facilito, seja pelo que fôr, a campanha internacional — e intencional — que «os sem pátria», aglotinados na frente maçónico-judaica, agitam em todo o mundo com o fim de confundir a verdade e reeditar hoje os degradantes sofismas da conspiração democrática-liberal da Grande Guerra.

Realmente o espetaculoso arraial que por aí se está a fazer — em detrimento de tudo que é lógico e razoável — repete nos nossos dias os erros grosseiros que a demagogia se encheu de espalhar em 1914, no ódio cego às fôrças e aos princípios que fizeram a grandeza dos povos.

Pena é que muitos dos «nossos» ainda não tenham reparado na manobra e se deixem iludir pelo falso humanitarismo dos que fizeram estrofes à carnificina marxista que ensangüentou a gloriosa nação espanhola.

... E aqui está, em suma, porque me parece ter-se ido demasiado longe na doentia investigação das causas da guerra.

CARTAS . . .

tudo me sorria, e como então as via diferentes! é certo que a tudo emprestamos graça diversa, conforme o nosso estado d'alma.

Depois Clarita, como os factos se vão sucedendo, terminou o prazo das águas, e segui para minha casa, onde, por mil afazeres me vi acorrentada; e agora, ao escrever-te novamente, por pouco o não fazia do Gerez onde conto voltar para segundo tratamento: d'esta vez então, «absolutamente só!!» faltaram-me umas companhias junto das quais, o meu coração se teria sentido em plena felicidade, mas, por vezes o acaso compraz-se em ser nosso algoz, e, transforma uma doce esperança, em cruel realidade!!...

Mas, para agora assalta-me uma idea, e cá estou eu, a tirar sempre a mesma conclusão: «de todo o mal advém um bem,» e êsse, foi para as minhas deliciosas companheirinhas, que se livraram pela fôrça das circunstâncias, de aturar «esta rabujenta».

Mesmo agora, ao finalizar da temporada, calculo o tédio de que se sentiriam invadidas; e eu, no meu egoísmo, esquecera que aquilo é uma estância de «vêlhotes,» pouco propicia às aspirações da mocidade!!

Mas, como dizem os franceses: *Tout est bien, qui finit bien...* e por isso, aproveito também, para terminar esta, com o melhor abraço para a minha Clarita.

Sempre tua

ANGELIS.

Carta de Lisboa

(Continuação da 1.ª página)

que as penalidades são duras e consistem no encerramento provisório ou definitivo do estabelecimento infractor.

Quere dizer: para grandes males, grandes remédios; e só assim, de certo, se evitarão imperdoáveis abusos, que alterariam o equilíbrio geral do custo de vida.

Bem haja o Governo.

* * *

Uma nota pitoresca.

Bourbon e Menezes, numa das suas interessantes «Pedras Soltas», inserias num conhecido diário da capital, estigmatiza espiritualmente certo livro que aparecem há pouco e parece filiado naquela escola muito do agrado de irresponsáveis literários, onde costuma trocar-se o talento pela audácia.

Algumas frases do famoso livro, citadas por Bourbon e Menezes:

«O ideal é um alfinete que espicaça beijos com a sua superficie molecular...»

«... deixando cair à lingua da aragem os caracóis do bando sobre a testa ampla, lisa e alva como fatia de queijo...»

Para amostra, chega.

Se não estivessemos em situação que aconselha um regime de indispensáveis economias, compraríamos o precioso livro... para desanuviar o espírito.

Mas que tristeza, vendo bem as coisas!...

17-9-939

MANUEL ARAÚJO.

Z. de M., F.

Palavras de confiança

A organização corporativa portuguesa, experimentada por tantas provas, ainda faltava uma — para que a pudessemos dizer vitoriosa de todas: — a prova da guerra. Infelizmente para o mundo, infelizmente para a humanidade, infelizmente para a civilização — chegou também a hora da nossa organização corporativa sofrer essa terrível, essa decisiva prova. E pelo que se viu já — não se me afigura difícil adivinhar-se o que vai acontecer. A nossa organização corporativa vai quebrar os dentes aos especuladores, vai cortar as garras aos açambarcadores.

Insinuava-se nos meios hostis ao corporativismo:

— A organização corporativa trás inegáveis vantagens ao produtor, ao intermediário e ao vendedor; mas esquece sistematicamente essa anónima e martirizada entidade que os economistas designam por «consumidor».

Pois bem!

Agora, tendo que coordenar as actividades económicas em relação ao fenómeno bélico, tendo que pôr de pé uma economia de guerra, a organização corporativa, sem se distrair dos legítimos interesses e dos legítimos lucros do homem que compra e vende, vai defender, sobretudo, o interesse e a bolsa do homem que compra e consome.

O que é preciso é que todos nós nos prontifiquemos imediatamente a fortalecer e auxiliar a acção dos organismos corporativos.

Para isso temos que fiscalizar e denunciar os especuladores, os açambarcadores — todos quantos esperam enriquecer à custa da miséria e à sombra da injustiça.

Para isso temos que fazer economias — passando a guardar o que desperdiçávamos, a valorizar o que desprezávamos, a consumir muito do que deitávamos fora.

Para isso temos que trabalhar mais — com mais serenidade, com mais método, com mais disciplina.

Para isso temos que ter confiança nos que nos governam.

Para isso temos que ter confiança em nós próprios.

Para isso temos que ter confiança no grande destino e na grande missão de Portugal no mundo.

A nação tem que estar forte, amanhã, para desempenhar com energia e com eficácia o papel que o futuro lhe distribuir — qualquer que seja esse papel, qualquer que seja esse futuro.

DUTRA FARIA.

Passa hoje mais um aniversário sobre a publicação do Estatuto do Trabalho Nacional.

Ressurgimento, desde as primeiras horas empenhado na luta corporativa, não poderia esquecer esta data, que marca uma etapa na marcha da Revolução Nacional, saúda, neste dia, Salazar, Teotónio Pereira, Rebelo de Andrade e a gente trabalhadora.

O Bairro Operário de Urgezes e outros problemas mais

Conversando com o Presidente da Câmara Municipal.

Assuntos referentes à organização corporativa de Guimarães nos levaram a ter várias conversas com o ilustre Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, sr. dr. João Rocha dos Santos. A solução do problema do Bairro de Urgezes era um assunto que o operariado de Guimarães desejava ver resolvido. Dêste problema a conversa passou para outros de interesse geral. Daqui nasceu a ideia de publicação, em síntese, da conversa, para que pedimos licença e ao que S. Ex.^a de bom grado acedeu.

Começamos... Comemora hoje o operariado o 23 de Setembro. Entre os benefícios que a Organização Corporativa trouxe conta-se a construção de *bairros operários*.

Quanto ao nosso...

— A Câmara Municipal tem o maior empenho na conclusão do bairro de Urgezes, mas pretende que as rendas respectivas sejam compatíveis com a situação financeira do operário vimaranense. Para conseguir esse objectivo, em Novembro de 1938, propôs à secção das casas económicas a fixação de rendas mensais em 40\$00, 50\$00 e 60\$00 para os tipos n.ºs 1, 2 e 3. A conselho dessa repartição representou ao ex.^{mo} Ministro das Obras Públicas, aguardando uma resposta favorável. No mesmo sentido officiei ao ex.^{mo} Director dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Logo que este assunto esteja resolvido, a Câmara contribuirá com a quantia necessária para o Bairro ficar em condições de ser habitado.

— *Águas*. A sua solução. Ainda a Penha?

Foi lembrada já a compra da Costa e sua mata. Não seria isso uma solução aproveitável para o problema das águas?

Fala-se na criação duma Universidade Católica. Não seria a ocasião de chamá-la a instalar-se no convento da Costa, de tradições universitárias?

— A Câmara, não obstante querer resolver este magno problema, com a maior brevidade, não marcou ainda o caminho a seguir, por divergirem fundamentalmente as opiniões dos técnicos.

Entendem uns que a Penha, com um reservatório regulador, dará água suficiente à cidade. Dizem outros que só o rio poderá fornecer água em quantidade bastante para a cidade e algumas freguesias do concelho, não esquecendo, é claro, o saneamento.

Para que a Câmara se possa pronunciar com segurança, vai ser consultada a Administração Geral dos Serviços Hidráulicos. Enquanto não conhecermos o douto parecer desta entidade, não podemos nem devemos tomar qualquer deliberação.

— *Luz*... A hora que o mundo atravessa e a electrificação do País na mão do Estado.

— A opinião pública tem-se pronunciado abertamente contra a municipalização, com receio do agravamento das tarifas.

Logo que tomei posse da presidência da Câmara, conferenciei com o sr.

engenheiro Almeida de Eça que me disse estar encarregado de elaborar um projecto de electrificação rural, que reputava indispensável para a Câmara tomar qualquer resolução. Aguardei a entrega do projecto que há poucos dias recebi.

Este ilustre engenheiro aconselha a municipalização ou o regime das grandes concessões, tornando-se a Câmara proprietária da rede de alta tensão.

Como a Câmara tem a única preocupação de resolver este assunto de harmonia com os interesses do município e os interesses, também legítimos, dos habitantes da cidade e freguesias rurais, consultou-se a Junta Nacional de Electrificação, que a orientará, com a sua reconhecida competência legal e técnica.

— *Melhoramentos*. Avenida dos Pombais, os seus passeios — qual a razão da sua largura demasiada? Aberturas ou novos alargamentos de ruas.

Urbanização? A situação do terreno dos Palheiros — sua solução.

Melhoramentos nas ruas citadinas. Teremos participação do Estado para já? Conseguir-se-á?

Matadouro. Os Paços do Concelho que se estavam a construir. Como se pensa a urbanização do local: suas avenidas.

— A Câmara pretende concluir as obras já iniciadas: Mercado, Paços do Concelho, noutra local a escolher, Avenida dos Pombais e pavimentação a paralelepípedos das ruas e largos da cidade, auxiliada com as participações do Estado, já pedidas para as duas últimas obras.

O matadouro municipal, em virtude das condições em que foi concedido o empréstimo e principalmente pelo estado de guerra em que a Europa se encontra, não poderá ser construído, segundo penso, nas condições projectadas.

Isto, porém, não significa que a Câmara não trabalhe no sentido de dotar a cidade com um matadouro higiénico, que não nos envergonhe.

Só depois de haver conhecimento do que o Estado vai fazer na estrada de S. Torcato e em volta do Castelo e Paços dos Duques de Bragança é que a Câmara estudará o plano de urbanização e o aproveitamento dos terrenos comprados nos Palheiros.

— A situação do concelho e as medidas decretadas pelo Estado sobre açambarcamento.

— Contamos com o patriotismo dos negociantes e consumidores que estão dispostos a colaborar com a autoridade administrativa, para se não agravarem os preços dos géneros e se evitarem os açambarcamentos.

O Governo Nacional aproveitou esta oportunidade para tornar mais eficaz a organização corporativa, tanto nos Grémios como nos Sindicatos e, a par disso, tomou providências que intransigentemente obrigaremos a cumprir neste concelho, para que sejam punidos os gananciosos e os açambarcadores.

Sindicato Nacional da Indústria de Curtumes

Falando com o seu Presidente

Comissão organizadora:

Herculano Pereira Salgado
Alberto da Silva Oliveira Salgado
Rodrigo Magalhães
Augusto de Oliveira
Manuel Cardoso

Direcção actual:

Fernando Alves Marques
José Teixeira de Araújo
António da Costa O. Júnior
João da Silva
João Magalhães.

Tem séculos já a Rua de Couros. Nos primeiros tempos da nacionalidade já a indústria de couros estava em plena laboração.

Tem um passado firme os operários desta indústria. Apoiaram sempre João Franco, sendo temíveis franquistas. De interessante é notar que pouco tempo antes de morrer João Franco ainda não esquecera essa dedicação, mantendo anualmente, no dia de seus anos, o envio duma dádiva para a associação.

Tem o sindicato dos curtumes, actualmente, 340 inscritos, estando 100 com as cotas em dia. Desemprego, pouco, e de fácil desaparecimento, agora.

Salários?

— Baixos, em relação ao esforço empregado. Temos fé que a organização corporativa no-los arranjará com justiça — responde-nos o presidente do sindicato.

— Aprendizagem?

— 50 % de aprendizes. Embora necessários, para *dar casca e lavar* os couros, seria suficiente a percentagem de 20 %.

— Há algum ponto a focar, de especial, nesta indústria?

— Temos a *tradição* — e explicando-se — assim se designa entre nós a volta dos couros aos domingos e dias santos. Por tradição esse trabalho não é remunerado. Ora é de justiça que o seja, conforme manda a lei, pelo dobro em relação às horas de trabalho semanal. Em algumas fábricas ganham \$10 e noutras nada.

Ainda temos outro problema importante a resolver. O da cobertura das fábricas. Muitas vezes os operários têm de trabalhar à chuva.

Existia ainda uma pequena dúvida sobre a *tradição*. Seria esse trabalho dispensável?

— Reconheço que a volta dos couros aos domingos e dias santos é indispensável.

— E indispensável também se torna que essa *tradição* grátis acabe, rematamos nós. E assim terminamos.

A. S. M.

Preço da assinatura

Anual	24\$00
Semestre	12\$00
Trimestre	6\$00
Avulso	\$50

lêde e propaga

«RESSURGIMENTO»